

Conceito de Região

Region Concept

Claudinei Araújo dos Santos*
Marcelino de Andrade Gonçalves**

Resumo: As idéias aqui apresentadas têm o intuito de delimitar a proposta de investigação sobre o conceito de região, tentaremos identificar no bojo dos saberes da Geografia, um conceito amplo e que ao mesmo tempo, se apresenta como de reconhecida importância no temário geográfico e científico. Para tratarmos as formas e os conteúdos em que se apresenta conceito de região, da forma mais coerente possível, nos aproximamos dos referenciais teóricos a respeito do conceito em tela e dos estudos regionais absorvendo aspectos relacionados à importância dos elementos físicos e humanos dentro desta temática.
Palavras-chave: Região, Território, Poder.

Abstract: The ideas presented here are intended to delimit the research proposal on the concept of region, will try to identify in the midst of Geography knowledge, a broad concept and at the same time, is presented as of major importance in the geographic and scientific agenda. To treat the forms and contents as presented concept of region, as consistently as possible, we approach the theoretical references about the concept in fabric and regional studies absorbing aspects related to the importance of physical and human elements within this theme.

Keywords: State, Territory, Power.

Introdução

Ao nos aproximarmos do tema região precisamos pensar a relação e composição dentro de um pensamento geográfico-histórico que forma e dá fundamento ao conceito de regionalidade de determinada localidade. Relação de elementos naturais, sociais e a composição de situações naturais e socioeconômicas dentro do campo do conhecimento geográfico. Para Gomes (2008, p. 50):

* Licenciado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Nova Andradina - Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas. Estuda região e as ações de poder e poderes que acontecem no contexto regional. Bolsista da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT). E-mail: neiarasan@ibest.com.br

** Docente e Orientador do Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas. E-mail: mandradepte@hotmail.com

Dentro desta visão, cumpre de mais nada discernir os sentidos diferentes que podem existir na noção de região, nas diversas esferas onde ela é utilizada, no senso comum, como vocábulos de outras disciplinas e, o mais importante, na variedade de acepções que ela possui na geografia.

Considerando a relevância do conceito de “região”, no decorrer deste capítulo apresentaremos as percepções de autores dentro da Geografia como Lencioni (1999), Ribeiro; Gonçalves (2001), Moreira (2006), Moraes (2009) na sociologia com Francisco de Oliveira (1977) e na História com Rosa Maria G. Silveira (2009), pois os mesmos nos permitem a aproximação do debate sobre como e o que pode ser entendido como região, cada qual trazendo análises valiosas para discutirmos os aspectos físicos e sociais e de poder que vão construindo os conceitos de região e sua caracterização. Para Ruy Moreira (1993, p. 7), o termo região fundamenta-se no princípio de “reger, dirigir, governar, expressão de claro matiz militar e estatal”. Percebe-se com base em Moreira (1993) que o conceito de região resulta de um processo complexo, na maioria das vezes sendo determinado pelas relações sociais e econômicas que as envolve, enfim as relações de poder. Isso porque, nesta perspectiva, o conceito de região pode ser discutido considerando a produção e geração de capital que a localidade pode proporcionar. Para aprofundarmos o conceito de região é preciso atentarmos então para outras análises que a Geografia nos oferece, pois a ciência geográfica nos permite melhor aproximação em busca do entendimento do conceito de região, ou como diz Gomes (2008, p. 52) “...percebemos que a geografia foi o campo privilegiado destas discussões ao abrigar a região como um dos seus conceitos-chave e ao tomar a si a tarefa de produzir uma reflexão sistemática sobre o tema”.

Segundo Ribeiro e Gonçalves (2001), as palavras geógrafo e região são remanescentes do século XVI e ambas tem conseguido ultrapassar as barreiras temporais, causando cada vez mais implicações para ventilar o conceito a que propomos entender e discutir. No entanto, vale ressaltar que outras ciências também se propõem a indagar o conceito de região, vislumbrando a intencionalidade de entender as relações que se dão nas diferentes localidades considerando diversos elementos. Isto faz com que os cientistas em questão pensem de formas diferentes o mesmo tema e os relacione no desvendamento histórico-geográfico.

Para o sociólogo Pierre Bourdieu (2012), o conceito de região torna os pesquisadores da geografia um tanto quanto cativos da dificuldade de diagnosticar ou tratar como um termo homogêneo o conceito de região, carregam análises variadas e que confundem uma representação significativa do termo. Bourdieu (2012) considera ainda que a palavra região assuma por vezes uma nota ideológica, de maneira que acaba por servir frequentemente para a

construção de mistificações geográficas tornando-se, por isso, um instrumento de manipulação política. Desta maneira, e com a contribuição de Bourdieu (2012) o que sustentaria por conceito de região, está ligado por vezes aos interesses políticos, a uma fração de fatores objetivados por um grupo local.

Neste sentido, e possibilitados pelos trabalhos de Lencioni (1999), a ideia de região pode sim fazer parte da linguagem comum, é passível de mistificação social e manipulação política. Sobretudo, é possível compreender o conceito de região por outros meios, como o do capital, na contemporaneidade “é certo que o conceito de região decola de territorialidade física”, entretanto é de grande relevância o “conceito implícito a relação acumulação de poderes mesmo que por meio do socioeconômico”. Gomes lembra que (2008, p. 50):

É necessário também paralelamente religar estas significações aos diversos contextos no qual esta noção serve como elemento-chave de um sistema explicativo, contextos políticos, políticos-institucionais, econômicos e culturais.

No entanto, sabe-se não ter sido tratado o conceito de região pela Geografia clássica, por meio dos aspectos econômicos e sociais, valendo-se assim de entender como os diferentes agentes se organiza, trama suas estratégias no processo de ocupação e colonização de uma região. Uma sugestão interessante é que a região não deve ser dada apenas por meio das noções físicas, mas que coadunem nestas conceitualizações que existem relações diversas, como os meios socioeconômicos para empreender o entendimento do conceito de região.

Contudo, vale suscitar por meio da Geografia, os questionamentos dentro das análises em que entram em tela ao tratarmos de região, como território e poder, ou seja, aprofundando o entendimento do conceito de região, dentro de suas relações que a construíram, envolvendo aspectos físicos, políticos e de força social, analisando as diferentes escolas, o micro e o geral, pois ambos coadunam para compreensão geográfica do estudo a que nos sugerimos. Para tanto, Ribeiro; Gonçalves afirmam (2001, p. 91):

A região teria, com isso, em termos gerais, a sua configuração determinada pelos processos e relações sociais de produção, perpetuados ao longo da história, assumindo assim estas partes características do movimento geral das formas de produção e reprodução da sociedade, ou seja, da totalidade social reproduzida espacialmente.

A este respeito, Ribeiro; Gonçalves (2001) retratam que a Geografia tem de fato se preocupado com as diferentes dimensões que podem ser tratadas quando falamos de região, não se limitando aos aspectos físicos e adentrando as diversas possibilidades de análise do

tema, considerando a escala como elemento importante. Ribeiro e Gonçalves (2001, p. 92), afirmam que:

Referimo-nos à maior inter-relação atualmente existente, propiciada pela interconexão e interdependência dantes nunca vista, a partir do aparato técnico-científico-informacional, entre as dimensões do lugar e da região, com o ingrediente “novo” da rede.

Considerando o que tratamos a partir dos autores até aqui, vale ressaltar que o conceito de região não é imutável, é uma construção constante que muda com o tempo e conforme os estudos teóricos e métodos aplicados, permitindo a existência de um intenso debate, relevante para o nosso trabalho e para a ciência geográfica como um todo. Neste sentido os Geógrafos tem se apresentado como estimuladores de pesquisas e debates profícuos para conceituar região com melhor coerência. Não obstante, vale salientar como afirma GOMES (2008, p. 59):

O método regional, ou seja, o ponto de vista da geografia de procurar na distribuição espacial dos fenômenos a caracterização de unidades regionais, é a particularidade que identifica e diferencia a geografia das demais ciências. Há outros campos que estudam os fenômenos, a geologia, a climatologia, a botânica, a demografia, a economia, a sociologia, etc., mas só a Geografia segundo Hartshorne, tem esta preocupação primordial com a distribuição e a localização espacial e este ponto de vista é o elemento-chave na definição de um campo epistemológico próprio à geografia.

A percepção apresentada por Gomes (2008) nos remete a pensar que a ciência geográfica, tendo como preocupação a distribuição e a localização dos fenômenos, seja a ciência que mais dispõe de elementos teóricos para estudar e conceitualizar a região, uma vez que desde a antiguidade os homens tentam entender os fenômenos regionais, sejam as características físicas naturais ou elementos que, fazem os grupos humanos permanecerem ou migrarem das localidades que estão radicados, e de como esses grupos se organizam para as diferentes localidades em que estão em busca da sobrevivência e reprodução. Em Lencioni (1999) encontramos a noção de região na concepção que a mesma traz sobre os primeiros estudos de região, que afirma ser realizada pelos gregos da escola jônica de filosofia, os primeiros geógrafos, haja vista os mesmos conceberam o pioneirismo do método de identificação e de regionalização. Explica Lencioni (1999 p. 36-37):

Construíram uma explicação do Universo, das diferenciações do mundo, das influências climáticas, das marés, dos rios e da superfície da Terra, e elaboraram divisões do mundo (...) Hecateu de Mileto [...] traçou o que pode ser considerado o primeiro mapa-múndi e procedeu a uma regionalização da Terra.

Neste sentido, podemos entender por meio dos estudos dos filósofos gregos de que os primeiros estudos geográficos com o objetivo de regionalizar e/ou conhecer e caracterizar as localidades, ser então uma necessidade de época, devido as conquistas que os gregos procuravam realizar, os homens do período que se inicia desde o quinto século antes de Cristo, precisavam buscar o conhecimento, na mais diversas áreas, para conseguirem realizar suas pretensões. É o caso, por exemplo, de Hipócrates, que Lencioni (1999) menciona como pai da medicina e que entendia a diversidade de tipos humanos como decorrente das condições naturais dos lugares, percebendo a permanência e a relação do homem com o meio como determinante de suas ações, considerando como fundamental o acesso a produção do alimento de subsistência e a moradia. Conforme Lencioni (1999, p. 40):

Hipócrates acreditava que a diversidade de tipos humanos era decorrente das condições naturais dos lugares. Para ele, a fertilidade do solo estaria relacionada diretamente à indolência dos homens percebida nas regiões mais férteis, tendo em vista a facilidade em se obter os meios de vida enquanto que, sob condições naturais mais adversas, os homens seriam mais dispostos ao trabalho, como exigência da própria sobrevivência.

Ratzel Afirma (1882 p. 74-75):

Em meio a muitas variações que sobrepõem, as relações entre sociedade e território continuam sendo sempre determinadas pelas suas necessidades de habitação e alimentação. A necessidade de habitação é de natureza tão simples que em qualquer época estabeleceu entre o homem e o solo as mesmas relações [...] A alimentação representa a necessidade mais imperiosa tanto para o indivíduo como para a sociedade, pois as obrigações que impõe tanto a esta quanto à aquele precedem a todas as outras. Quer o homem se proveja através da caça ou da pesca, ou através da coleta de frutas, a escolha de local de moradia e a amplitude do território do qual são trazidos os alimentos serão constantes ou temporárias dependendo da mais ou menos longa permanência das comunidades de um determinado lugar.

Assim podemos pensar que habitação e busca pela subsistência muito contribuiu para que as sociedades e as regiões fossem sendo formadas, uma vez que pensando “*quanto maior é a segurança com que a agricultura provém às necessidades de alimentação, tanto mais se torna possível ao povo fixar-se sobre um território limitado*” (RATZEL, 1882, p. 75). Neste entendimento, segundo Moraes (1981), também Vidal de La Blache também mostrou sua compreensão na relação homem-natureza, e que a estabilidade em algumas localidades dependiam justamente da segurança que teriam com o lugar. Para Moraes (1999 p. 68-69):

A teoria de Vidal concebia o homem como hóspede antigo de vários pontos da superfície terrestre, que em cada lugar se adaptou ao meio que o envolvia, criando, no relacionamento constante e cumulativo com a natureza, um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes, que lhe permitiram utilizar os recursos naturais disponíveis. A este conjunto de técnicas e costumes, construído e passado socialmente, Vidal denominou “gênero de vida”, o qual exprimiria uma relação entre

a população e os recursos, uma situação de equilíbrio, construída historicamente pelas sociedades. A diversidade dos meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida.

Desta forma, tratando do conceito de região, percebemos que a região pode ser clara na linguagem comum, quando vemos alguém dizer que pertence a uma determinada localidade, ou da região que trabalha, mas também pode ser mais complexa enquanto noção, pois “contém sentidos diversos” e faz dos estudiosos do conceito de região verdadeiros elaboradores de métodos para este estudo. A palavra região assume também um viés ideológico a medida que a identificação com o lugar pode homogeneizar as diferenças sociais a partir da identificação de diferentes grupos com o mesmo lugar. Para Lencioni (1999, p. 198):

Como procuramos demonstrar, a palavra “região” assume caráter ideológico à medida que se torna referência para a construção de mistificações geográficas, sendo por isso um instrumento de manipulação política. A palavra “região” tem ainda um sentido afetivo vinculado ao sentimento das pessoas pertencerem a um determinado lugar.

No caso em questão, Gomes (2008) se assemelha ao pensamento de Lencioni localizando a percepção de Região no Império Romano, quando a palavra “regione” era utilizada para designar áreas, que mantivessem uma administração local e que, normalmente estivesse com suas regras locais submetidas a Roma. De acordo com Gomes (2008, p. 51) que o império Romano estava a ser representado cartograficamente por diversas regiões notando a extensão espacial e poderio de Roma, e que como todos os poderes menores “os governadores locais dispunham de alguma autonomia [...], mas deviam obediência e impostos à cidade de Roma”.

No entanto, vale ressaltar que o declínio do Império Romano, de acordo com Gomes (2008) foi propício para a formação e/ou divisão das regiões. Haja vista, na concepção deste autor, as fraturas que se deram no Império Romano que coadunaram com a “origem espacial do poder autônomo dos feudos, predominante na Idade Média”.

No texto de Gomes (2008) podemos perceber a relação entre região e o poder, pois conceituar o termo Região pode nos levar a construções, no caso da Roma, antiga e medieval, o conceito de região pode ser elencado a de centralização do poder, ou de como garantir o poder sobre uma determinada área e localidade, obviamente, sobre os recursos naturais e os povos deste mesmo meio.

Afirma Gomes (2008, p. 52):

Fundamentalmente, a questão que se recoloca é a mesma que deu origem ao conceito de região na Antiguidade Clássica, ou seja, a questão da relação entre a centralização, a uniformização administrativa e a diversidade espacial, diversidade física, cultural, econômica e política, sobre a qual este poder centralizado deve ser exercido.

Vale a ressalva que as dificuldades em relação a avançar no debate teórico sempre serão muitas, já que os Geógrafos, assim como outros cientistas sociais, herdaram as indefinições e a força do uso na linguagem comum e a isto se somam as discussões epistemológicas que o emprego deste conceito nos impõe. Para tanto, o conceito de região precisa ir ganhando nesta pesquisa formas congruentes, não que este trabalho tenha a obrigatoriedade de construir um conceito absoluto, mas perceber que existem distintos conceitos de região construídos e que cada um deles tem uma acepção própria e se coloca dentro de uma das correntes do pensamento geográfico, conforme passamos a apresentar na sequência.

Região Natural – Determinismo Ambiental.

O determinismo ambiental surge no final do século XIX. Nesta corrente teórica apresenta-se o conceito de região natural, tratada como uma parte da Terra caracterizada pela uniformidade, da junção de características naturais, como a vegetação, o relevo e o clima. Nota-se que o determinismo ambiental traz o conceito de região natural, fator relevante para compreender a região no final do século XIX e início do século XX. A investida desencadeadora da sistematização para o determinismo natural adveio da Alemanha, aonde particularmente as relações capitalistas chegaram mais tarde, ao tratarmos de Europa, haja vista que no início do século XIX, a Alemanha ainda não era um Estado unificado, não havendo uma unidade política e econômica, contudo necessitava se organizar para encadear suas estruturas de um Estado. Na construção do pensamento determinista ambiental, as condições naturais, particularmente climáticas, chegam a influenciar no comportamento humano, considerando poder aumentar ou diminuir o ensejo para progredir no trabalho, valorizando então a percepção de que estados com climas mais frios, melhores seriam as condições de desenvolvimento. Costuma alguns estudiosos, tratar que em regiões de clima mais frio, a população torna-se mais caracterizada e envolta ao trabalho constante o que faz destes tipos de moradores de regiões mais frias, necessitados de melhores condições de moradias e com situações mais qualificadas de sobrevivência, haja vista o rigor de temperaturas baixas. O mesmo não é considerado por Ratzel, uma vez que: “*cabe à geografia*

o exame das formações políticas nas quais os conquistadores se dividem no momento em que se estabelecem em um novo território” (RATZEL, 1882, p. 58). Para tanto, na concepção de Ratzel, é preciso elaborar os problemas a parte e enfim conseguir determinada a ideia da influencia dos meios naturais sobre o desenvolvimento de um Estado.

Conforme Lencioni (1999), dentro da Geografia e por meio dos pensamentos do geógrafo alemão Frederic Ratzel, em sua Antropogeografia de 1882, é preciso compreender também o conceito de espaço vital, notando a relação da população e os recursos naturais existente no território. Ratzel (1882) tentou justificar com o conceito de “espaço vital” a relação e a capacidade de utilização do território, retrata que mesmo os povos nômades caminham entorno dos recursos naturais, e pensar que estes abandonam o local sem querer manter sua identidade, seria não lógico em sua totalidade, levando em consideração o vínculo que costumam manter com a necessidade de extraírem os meios e recursos de sobrevivência no espaço que consideram seus. Para Ratzel (1882, p. 75):

O laço que une ao solo os nômades, que costumam retornar constantemente às mesmas pastagens, é muito mais tênue do que alguns povos agricultores que deixam a cada dois anos os seus campos de milho e de mandioca e não retornam mais a eles.

Neste sentido, Ratzel (1882), privilegia em seus estudos a relação entre os homens e os meios naturais, vislumbrando que a intenção das providencias de permanecer e constituir um local identitário é sempre a satisfação das necessidades. Assim é preciso observar como os pensadores estão evidenciando a compreensão geográfica no período em questão do final do século XIX, trazendo as considerações da busca de recursos, claro não apenas essenciais aos indivíduos, mas, ressaltar conforme o pensamento de Ribeiro; Gonçalves (2001) que por meio do determinismo ambiental estava em tela “anseios eminentemente político-econômicos”. Havia na Europa interesses capitalistas e também dos Estados imperialistas, é o caso da Alemanha depois da unificação territorial industrializada, que tinha um objetivo: a aquisição de colônias, a exemplo dos Franceses e Ingleses. Neste sentido, houve a expansão do comércio e a burguesia capitalista se viu com a necessidade de expandir os meios de alargar suas relações comerciais com outros povos, maximizando a exploração dos recursos naturais e por isso o Estado alemão fez-se valer das pesquisas de Ratzel, para que a natureza considerada pudesse ser um território a ser explorado. Escreve Ratzel (1882, p. 81):

Uma parte fundamental da tendência de crescimento dos Estados, frequentemente inativas por longo tempo, deriva do cercamento de localidades politicamente vantajosas, pois, dado que o crescimento político consiste de movimento, ou melhor,

da reunião de inumeráveis movimentos, o Estado considera vantajoso anexar aquelas regiões naturais que favorecem o movimento.

Desta forma, é possível percebermos a intencionalidade de expansão pelo domínio territorial do Estado-nação, e salientamos que o interessante era justamente nesta perspectiva da conquista de novos territórios estando envolvidas as riquezas naturais que a localidade pudesse produzir. Não obstante, observamos ainda que os Estados europeus com intenções imperialistas, em tela, Alemanha, França e Inglaterra estavam interessados em naturalizar suas questões político-econômicas servindo a Geografia e o discurso geográfico a este propósito. Ressalva Correa (1991, p. 10):

“O determinismo ambiental transformava em natural uma situação histórica, que é o imperialismo.” Dessa forma, o “[...] determinismo ambiental configura uma ideologia, a das classes sociais, países ou povos vencedores, que incorporam as pretensas virtudes e efetivam as admitidas potencialidades do meio natural onde vivem”.

A configuração da hegemonia do Estado nos permite pensar por meio dos autores em questão que a Geografia da transição do século XIX para o XX tornou-se imprescindível para as movimentações império-capitalista, tendo em conta o ensejo de exploração de matéria prima e de expansão territorial. Não obstante, no texto de Oliveira e Vitte (2013), encontramos uma análise interessante sobre Ratzel, institucionalizador da Geografia alemã, crescente na pós-unificação alemã.

Em Oliveira; Vitte (2013) percebemos o quanto Ratzel tornou-se importante dentro da Geografia, e que seu trabalho foi de extrema relevância para a conceitualização da Geografia regional, tornou-se um dos Geógrafos mais estudados do período justamente pela organicidade com que tratou a Geografia e o território. Por meio de Ratzel, a Alemanha, fortaleceu suas estruturas organizacionais permitindo a unificação territorial e humana, aliadas a elementos essenciais para uma rede que envolveu ações simultaneamente culturais, sociais, econômicas e políticas de unicidade. Ao tratar de Ratzel Lencioni escreve que (1999 p. 82):

Com Ratzel se desenvolve a vertente política na Geografia, no ano de 1887, é publicada sua obra *Polische Geographie*, na qual afirmava que as regiões coesas e densamente povoadas tinham natural tendência para formar unidades fortes, reunidas por afinidades culturais e históricas. Chegou a elaborar uma hierarquia dos Estados e a justificar o expansionismo político como a essência do progresso de um povo. A unicidade do Estado proposta por Ratzel (1882) factualmente foi elencada e construiu uma ambientação motivada pela integração territorial e humana, o que provocou nos povos que formariam o estado

alemão cada vez mais a ideia da importância do fortalecimento e unificação de um território próprio com a busca de equilíbrio entre a população e os recursos necessários a existência desta. Para Ratzel (1882, p. 183):

É mais que uma metáfora, dizer que o povo cria raízes. A nação é uma entidade orgânica que, no curso da história, torna-se cada vez mais apegada a terra onde ela vive. Exatamente como um indivíduo luta contra a terra virgem, até transformá-la em campos cultiváveis, uma nação também luta com sua terra, cada vez mais, com sangue e suor, até que se torne impossível pensá-las separadamente.

Para Ribeiro; Gonçalves (2001, p. 82):

Nesse contexto, a unificação da Prússia, com a criação e expansão territorial da Alemanha, se embasava ideologicamente em um discurso militar nacionalista, com a convicção na ideia de que a “superioridade” de um (seu) povo seria proporcionada pelas condições do meio em que este se encontrasse. Esta é a “justificativa” a que o Estado alemão, governado pelo militar Bismarck, se voltou para cristalizar o seu “necessário” expansionismo, entendido como fundamental a ampliação de seu espaço vital, equilibrando a relação população-recursos.

Ao tratarmos da questão de equilíbrio da relação população recursos faz-se necessário compreendermos como isso acontece no Estado, uma vez que também é situação relevante para que se crie a identidade e não separe mais indivíduo e Estado. A questão do conceito de região quando trabalhado a partir do determinismo natural e/ou ambiental, tem os meios naturais para lhe dar sustentação, contudo podemos notar que o conceito de região está intimamente ligado a divisão regional um importante problema a ser entendido e debatido do ponto de vista de qual a metodologia que utilizaremos para tal divisão natural. Fábio Guimarães (1942) lembra que os meios naturais são pontuais para determinar a divisão regional, contudo cabe ao pesquisador identificar e pontuar como metodologicamente tratará a divisão regional.

Ainda seguindo o entendimento de Guimarães (1942), e que, em nossa concepção muito se identificou com Ratzel ao fazer suas pesquisas e concepções em torno do conceito de região, uma vez que para ambos é preciso contextualizar a identificação dos meios naturais, com o relevo, vegetação, clima, hidrográfica, etc., o factualmente poderia ser chamado de método geográfico. No caso do estudioso Guimarães (1942), ele vai além e justifica de a regionalização natural, quando bem tratada e qualificadamente determinada, dispensa qualquer outra forma de determinação que não seja a natural. Afirma Guimarães (1942 p. 5):

Estabelecida uma divisão regional, do ponto de vista prático, é absolutamente indispensável que seja considerada única, isto é, que seja adotada por todos os setores administrativos, ou, pelo menos, pela maioria deles, só se permitindo exceções em certos casos muito especiais (como seja, por exemplo, o caso de divisões relativas à defesa nacional).

Como é possível perceber em Guimarães (1942), o determinismo natural, foca exatamente na perspectiva de entendermos a região vestida de quesitos amplamente naturais. Ou como trata Gomes (2008, p. 55):

O conceito de região natural nasce, pois, desta ideia de que o ambiente tem um certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento da sociedade. Surge daí o primeiro debate que tem a região como um dos epicentros, o conhecido debate entre as determinações e as influências do meio natural.

Obviamente os pensadores citados entendem o debate sobre o determinismo ambiental como importante na conceitualização de região, concepção teórica que, dentro do possível, da uniformidade ao conceito de região. Com base nesse pensamento, a transição do século XIX para o XX, foi cercada de grandes discussões geográficas que culminaram no enriquecimento intelectual do conhecimento geográfico, lançando outras questões sobre as bases para continuidade do debate a cerca da definição do conceito de região. No entanto, este debate não estava sendo travado na Alemanha, mas também em outros países da Europa no período em questão, como veremos.

Possibilismo e Região

Outra corrente teórica que também estimulará e possibilitará aos geógrafos enriquecer o debate a respeito do conceito de região ficou conhecida como possibilismo. Ao nos aproximarmos do conceito de região por meio do Possibilismo precisamos nos atentar ao risco da precedência no pensar, pois as correntes do Determinismo e do Possibilismo se dão em similar período do final do século XIX. De acordo com Lencioni (1999), é preciso avaliar essa questão com cuidado, haja vista que nem mesmo os pensadores que vivenciaram todo o debate no período em questão tinham posições restritas a respeito desta ou daquela corrente. Para Lencioni (1999, p. 87):

É preciso que fique bem claro, em primeiro lugar, que qualquer ideia de precedência nessas maneiras de pensar conduz a um grave equívoco, pois elas compartilham o mesmo tempo histórico. Em segundo, que as posições dominantes de cada pensador não significam formas puras, pois podemos encontrar na posição possibilista conduções e raciocínios próprios do determinismo e vice-versa.

Para Vidal de La Blache (1950, p.29):

O problema consiste em dosear as influências sofridas pelo homem, em aceitar que uma certa espécie de determinismo atuou no decurso dos acontecimentos da História. Assuntos sem dúvida sérios e interessantes, mas que para serem resolvidos

exigem um conhecimento simultaneamente geral e profundo do mundo terrestre, conhecimento que não foi possível se não recentemente.

O Possibilismo é uma corrente teórica da Geografia que surge em detrimento e/ou antagonismo ao determinismo ambiental, colocando em oposição a Geografia praticada na Alemanha e na França daquele período. O Possibilismo surge nos dois últimos decênios do século XIX, e, em partes compactuando com o determinismo ambiental, enlaça as afinidades entre o homem e a natureza, contudo elencando que não será a natureza o fator determinante ao comportamento dos homens, mas encontra-se no meio natural o fornecimento de possibilidades, tendo no homem o principal transformador dos meios naturais. Para Oliveira; Vitte (2011, p. 320):

As relações homem-meio são encaradas, por essa ótica, com uma abordagem recíproca e harmônica. Além de receber influências de seu ambiente, o homem se apresenta como fator geográfico, transformando a fisionomia da paisagem a partir das possibilidades que cada meio oferece.

Neste sentido, também entendemos que autor imprescindível, para estudarmos o conceito de região por meio do Possibilismo é Paul Vidal de La Blache (1921), este autor peculiarmente entende a região natural como ponte de estudos para os geógrafos realizarem seus trabalhos, mas de maneira que o natural não seja determinante sobre as realizações humanas. Não obstante, o autor vislumbra os acontecimentos que davam na transição do século XIX para o XX, especialmente as lutas de Estados que pretendiam aumentar suas extensões territoriais e suas abrangências de explorações e que dentro deste contexto estaria o homem a modificar o meio natural e suas relações e mesmo para as configurações dentro de um Estado ou região que contribuía com esta ou aquela formação social e econômica. Para Lencioni (1999, p. 121):

A ideia de uma natureza inviolável da qual o homem fazia parte foi se esfumando. Essa exterioridade traduziu-se na concepção da natureza como coisa, como objeto manipulável. Todo encantamento da natureza desapareceu ante o imperativo tecnológico.

Neste sentido, e por meio do Possibilismo o homem ganha um quesito de superioridade sobre os meios naturais é quando Vidal de La Blache fortalece seus estudos regionais por meio da Geografia, traz também na amplitude destas discussões, as contendas entre potências imperialistas, peculiarmente entre França e Alemanha, utilizando-se de um discurso geográfico estratégico a elaboração da expansão econômica e territorial de cada Estado-nação. Em La Blache, conseguimos compreender que a natureza oferece os meios,

contudo existe a ação humana sobrepondo os meios naturais. Para La Blache (1921, p. 200-201):

A natureza fornece ao homem materiais que têm suas exigências próprias e suas facilidades especiais, mas também suas incapacidades, que se prestam antes a certas aplicações do que a outras; nisso ela é sugestiva mas, às vezes, restritiva. Entretanto, a natureza não age senão como conselheira. Criando instrumentos, o homem perseguiu uma intenção; aplicando-se cada vez mais a aperfeiçoar suas armas e utensílios (...), ele foi guiado por um desejo de apropriação mais precisa rumo a um objetivo determinado. Nas diferentes condições ambientais onde se encontrava localizado e tendo inicialmente que assegurar sua existência, ele concentrou tudo o que nele havia de habilidade e engenhosidade nesse objetivo (...). Certamente que há desigualdades, graus diversos de invenção; porém, em todos os lugares, o estudo do material etnográfico denota engenhosidade — mesmo num círculo restrito de ideias e necessidades.

Assim a geografia passou a ser utilizada na transição de século XIX e XX para explicar e justificar o acréscimo territorial e de exploração de meios e benefícios naturais por parte do Estado francês e alemão, haja vista ser de grande importância conhecer limites territoriais, relevo, clima, vegetação na extensão de busca pelas riquezas possíveis. Notamos por meio de La Blache (1950), ter havido na Europa do final do século XIX uma intuição de alguns Estados, especialmente França e Alemanha em afirmarem as possíveis superioridades, o que podemos chamar de legitimação do imperialismo. Para Ribeiro e Gonçalves (2001, p. 82):

Em meio a esta disputa é que foi forjado o objeto científico da Geografia – todavia, vale a ressalva de não ser esta ciência solitária neste processo: a ela se juntaram todas as demais ciências então existentes, que por esta trilha se enveredavam [...] Deveria a Geografia agora expressar os interesses das classes hegemônicas da época. Estariam assim criadas as “justificativas” teóricas para que a expansão territorial e econômica se consubstanciasse.

Neste sentido, diante das premissas do Possibilismo apresenta-se o quadro natural para a concepção de região, uma vez que este quadro deverá servir de noção e não de determinação do conceito de região, outra vez que aos olhos dos estudiosos que compõem a busca conceitual de região a partir do Possibilismo, é factual a compreensão da região em sua conjuntura ampliada, em correlação com ação humana. Em La Blache (1921), voltamos a entender que o Possibilismo, não é apenas o antagonismo ao Determinismo Natural, mas sim uma afirmação de que os homens atuam sobre o ambiente natural e esta atuação é imprescindível para a transformação do meio. Afirma La Blache (1921, p. 115-116):

Com o auxílio de materiais e elementos tomados da natureza ambiente, (o Homem) conseguiu não de um só golpe, mas por uma transmissão hereditária de procedimentos e invenções, constituir algo de metódico que assegure sua existência,

tornando o meio algo a ser usufruído. Caçador, pescador, agricultor: tudo isso graças a uma combinação de instrumentos que são obra e conquista pessoais que ele acrescenta, por sua própria iniciativa, à criação.

Confirma Gomes (2008, p. 55):

A natureza pode influenciar e moldar certos gêneros de vida, mas é sempre a sociedade, seu nível de cultura, de educação, de civilização, que tem a responsabilidade de escolha, segundo uma fórmula que é bastante conhecida – “o meio ambiente propõe, o homem dispõe”. A região natural não pode ser o quadro e o fundamento da geografia, pois o ambiente não é capaz não é capaz de explicar tudo.

Para tanto e de acordo com La Blache (1921) e Gomes (2008) o Possibilismo seriam as regiões formas plenas e não apenas o teatro vivo do conjunto histórico. Formando-se o conceito de região, devem ser os limites assinalados com grande atenção, menos em seus detalhes do que como lugares de contatos, e pelas ações e de estabelecimento humano, ou seja, o local em que se dá a atividade humana. Neste pensar, as relações que se dão no local entre os grupos humanos e o meio é que devem ser considerados como importantes, permitindo uma melhor construção do conceito à região, baseado em uma construção que considera também as dimensões sociais e econômicas, pois criam as possibilidades de vivência e organização sócio-econômica.

Na concepção de Gomes (2008) é possível notar que por meio do Possibilismo região está ligada ação humana em determinado ambiente, são as ações e a relações humanas que possibilitam a formação daquilo que possivelmente conceituaremos como região, uma vez que as atividades exercidas pelo homem dimensionam e transformam o espaço a ser trabalho e ocupado. Ainda de acordo com de Gomes (2008), confeccionamos os olhares para a conceitualização da região por meio da ação transformadora do homem sobre os meios naturais, podemos sim começar o trabalho conceitual de uma região por meio das descrições das características físicas, mas que seja habilmente seguida da “descrição da estrutura da população e de suas atividades econômicas”, encontrando em cada região uma forma diferente e particular de ser, peculiarmente ao tratarmos da participação humana que forma a localidade, obviamente isso é partindo da inter-relação dos fatores naturais e humanos. Para Vidal de La Blache (1950, p.40):

Em todo caso, as causas físicas, cuja importância os geógrafos se tinham anteriormente esforçado por sublinhar, não devem por isso ser desprezadas; importa sempre assinalar a influência do relevo, do clima, da posição continental ou insular sobre as sociedades humanas; mas devemos encarar seus efeitos no homem e no conjunto dos seres vivos, simultaneamente. É assim que podemos apreciar a parte que convém atribuir ao homem como fator geográfico. Ele é, ao mesmo tempo,

activo e passivo – pois, segundo a sentença bem conhecida, “*natura non vincitur nisi parendo*”.

Neste sentido, é possível entendermos que para conceituarmos região, devemos considerar não apenas suas paisagens, seus relevos, vegetação, hidrografias, climas como o sujeito das ações, mas sim os homens, elemento imprescindível para analisarmos a região, haja vista, como já foi dito anteriormente, é a inter-relação homem-ambiente quem forma as dimensões regionais. Para Carvalho (2002, p. 4):

A partir do elemento humano na caracterização da paisagem regional, outra dimensão pode ser evidenciada. Isto é, o processo histórico na relação homem meio é pela primeira vez enxergado, acrescentando grande riqueza na análise regional.

Em Moraes (1987) é possível continuarmos essa percepção concebendo a ideia de que a presença dos elementos no ambiente natural pode habilmente ser importante no conceito regional, contudo a ausência de determinados elementos no ambiente também é preponderante para a formação do conceito de região, uma vez que a ação humana pode ter provocada tal (de) formação. No entanto, o homem como elemento da paisagem aparecerá como população nesta perspectiva de análise da região, havendo uma naturalização dos fenômenos humanos. Desta forma, é necessário entender como o homem atua sobre a superfície terrestre facilitando assim as possibilidades de entendimento no que tange a relação homem-natureza. A Geografia de La Blache (1950) versa sobre a relação homem e o meio, uma vez que a natureza não atua sozinha, ela não serve os alimentos sozinhos, não constrói moradias e não oferece as comodidades que a sociedade necessita, é essencial que aconteça a atitude humana sobre os meios naturais, evidenciando que o homem é quem cria os instrumentos para alcançar os seus objetos e objetivos, o que em La Blache poderíamos destacar como a evolução das sociedades. Para La Blache (1950, P. 45):

Estudando acção do homem sobre a terra e os estigmas impressos na superfície desta por uma ocupação tantas vezes secular, a Geografia humana tem um duplo objecto: não lhe compete apenas fazer o balanço das destruições que, sem ou com a participação do homem, tão singularmente reduziram, desde os tempos pliocênicos, o número das grandes espécies animais, encontra também, no conhecimento mais íntimo das relações que unem o conjunto dos seres vivos, o meio de perscrutar as transformações actualmente em curso e que é permitido prever.

Entender esta visão de Moraes, obviamente nos permite compreender o elemento humano no conceito de região, trazendo em tela que as ações e relações humanas coerentemente deverão contribuir para estabelecermos o conceito de região. Neste sentido, cabe ao geógrafo e/ou ao pesquisador indagar e tentar conviver com a região no intuito de

conceituar por meio das manifestações humana nela realizada e relacionada, outra vez que o material identificável da corrente possibilista é a região, porque a organização do espaço resultante de um determinado modo de vida tem extensão territorial e limites razoavelmente consideráveis. Sendo a região, uma escala de análise, uma unidade espacial dotada de individualidade com relação às suas áreas estudadas e compreendidas.

Referências

- BEZZI, M. L. **Região: uma (re)visão historiográfica, da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria, RS: UFSM, 2004.
- BIANCHINI, Odaléia da Conceição Deniz. **A Cia Mate Laranjeira e a Ocupação da Terra do Sul de Mato Grosso (1880-1940)**. Campo Grande: Editora UFMS, 1998.
- BONFIN, Juliana Sanches Silva. **Colonização particular: atuação da Companhia Viação São Paulo – Mato Grosso (1940 – 1960) – Dourados, MS: UFGD, 2009.**
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz (Português de Portugal) – 16ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CARVALHO, Glisélia Lima de. **Região: A Evolução de Uma Categoria de Análise da Geografia. Boletim Goiano de Geografia. V.22, nº 01, jan/jun. de 2002.**
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1991.
- FABRICIO, Deyse Cristina Brito, VITTE, Antonio Carlos. **Paul Vidal de La Blache e a Geografia Francesa. Do Contexto Histórico as Monografias Francesas. Cordis. História, Arte e Cidades, n. 6, jan./jun. pp. 301-332, 2011.**
- GOMES, Paulo César da Costa. **O conceito de região e sua discussão. Geografia: conceitos e temas / organizado por Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. 11ª. ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2008.**
- GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares Guimarães. **Divisão Regional do Brasil**. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Rio de Janeiro – 1942.
- HAESBAERT, Rogério. **Região, diversidade territorial e globalização. Geographia, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 1999.**
- HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da Geografia**. Tradução original de Thomaz Newlands Neto; supervisão de Fábio M. S. Guimarães e L. M. C. Bernardes. 2ª. ed. São Paulo: HUCITEC, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de Geografia Humana. 2ª. ed. Tradução e Prefácio de Fernandes Martins, Lisboa: Cosmos, 1950.**
- LACOSTE, Yves. **A Geografia – Isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. Campinas: Papyrus: 1988.
- MENEZES, Ana Paula. **“Marcha para Oeste e o antigo sul de Mato Grosso: a exploração da madeira na Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (1950-1970)”**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, Julho 2011.
- MORAES, Antonio Carlos R. **Ratzel: Geografia**. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica. 12ª edição. São Paulo: Hucetec, 1993.**
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. 1ª. ed. São Paulo: Annablume, 2009.**
- MOREIRA, Ruy. **O círculo e a espiral: a crise paradigmática do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Coautor (Cooperativa do autor), 1993.

_____. Da Região à rede e ao lugar (a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo). **Ciência Geográfica, Bauru, n.º. 6, 1995.**

OLIVEIRA, Ricardo Devides, VITTE, Antonio Carlos. **A Mudança na Postura Teórico- Metodológica em Ratzel no Fin de Siécle: Arte, Ciência e Geografia.** 14.º. Encuentro de Geógrafos de América Latina. Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos – Peru 2013.

RATZEL, F. **Las razas humanas.** Barcelona: Montaner y Simon, 1906. v 1.

RIBEIRO, Julio César, GONÇALVES, Marcelino de Andrade. Região: uma busca conceitual pelo viés da contextualização histórico espacial da sociedade. **Terra Livre, São Paulo, n.º. 17, 2.º. Semestre/2001.**

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Território** n. 6. Rio de Janeiro: UFRJ/Garamond - 1999.